

CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ/CE)

CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

APLICAÇÃO: 15/8/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Para conciliar o regime orçamentário com o regime contábil, a contabilidade aplicada ao setor público deve manter um processo de registro apto a sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei n.º 4.320/1964, além de proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

Com o objetivo de proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, a contabilidade deve proceder ao registro contábil do direito a receber em contrapartida de variação patrimonial aumentativa no mês de janeiro de 20XX, o que representa o registro da variação patrimonial aumentativa por competência, independentemente da execução orçamentária. Esse registro provoca o aumento do ativo e do resultado do exercício, em atendimento ao disposto nos arts. 100 e 104 da Lei n.º 4.320/1964. Na arrecadação ocorrida nos meses de março, abril, maio e junho, procede-se à baixa do direito a receber, tendo-se como contrapartida a conta caixa e equivalentes de caixa.

Em atendimento ao disposto no artigo 35 da Lei n.º 4.320/1964, em cada mês em que houver a efetiva arrecadação, procede-se ao registro da realização da receita orçamentária, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

0 – Não explicou por que deve ser mantido o registro do regime orçamentário nem por que deve ser mantido o registro do regime contábil.

1 – Explicou corretamente apenas por que deve ser mantido o registro do regime orçamentário ou por que deve ser mantido o registro do regime contábil.

2 – Explicou corretamente tanto por que deve ser mantido o registro do regime orçamentário quanto por que deve ser mantido o registro do regime contábil.

Quesito 2.2

0 – Não explicou como os eventos devem ser tratados contabilmente em cada mês.

1 – Explicou corretamente apenas como os eventos devem ser tratados contabilmente no mês de janeiro ou como os eventos devem ser tratados contabilmente em todos os meses.

2 – Explicou corretamente tanto como os eventos devem ser tratados contabilmente no mês de janeiro quanto como os eventos devem ser tratados contabilmente em todos os meses.

Quesito 2.3

0 – Não abordou nenhum efeito dos registros sobre o patrimônio do ente federado.

1 – Abordou corretamente apenas um dos efeitos dos registros sobre o patrimônio do ente federado.

2 – Abordou corretamente os efeitos que os registros provocam no patrimônio do ente federado.

Quesito 2.4

0 – Não informou o momento em que deve ser registrada a receita orçamentária nem explicou o que isso representa do ponto de vista do regime contábil.

1 – Apenas informou o momento em que deve ser registrada a receita orçamentária ou apenas explicou o que esse registro representa do ponto de vista do regime contábil.

2 – Informou o momento em que deve ser registrada a receita orçamentária e explicou corretamente o que isso representa do ponto de vista do regime contábil.

CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ/CE)

CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

APLICAÇÃO: 15/8/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) define as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo diretrizes para as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Ainda, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre política de recursos humanos, dívida pública e alterações na legislação tributária.

Para fins do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida (RCL): 48,6 % no Poder Executivo; 6% no Poder Judiciário; 3,4% no Poder Legislativo; e 2% no Ministério Público.

A reserva de contingência será constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro Nacional, e atenderá passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como situações de emergência e calamidades públicas.

Os limites individualizados (teto de gastos) para as despesas primárias correntes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, compreendendo-se o tribunal de contas estadual, do Ministério Público e da Defensoria Pública estaduais são equivalentes a: variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de doze meses, encerrado em junho do ano anterior; ou 90% da variação positiva da receita corrente líquida, para o período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior.

QUESITOS AVALIADOS

2.1

- 0 – Não abordou o aspecto.
- 1 – Abordou corretamente até duas diretrizes.
- 2 – Abordou corretamente três ou mais diretrizes.

2.2

- 0 – Não abordou nenhum dos elementos solicitados no aspecto.
- 1 – Abordou corretamente apenas um dos elementos solicitados no aspecto.
- 2 – Abordou corretamente apenas dois dos elementos solicitados no aspecto.
- 3 – Abordou corretamente apenas três dos elementos solicitados no aspecto.
- 4 – Abordou corretamente os quatro elementos solicitados no aspecto.

2.3

- 0 – Não abordou nenhum dos elementos solicitados no aspecto.
- 1 – Abordou corretamente apenas um dos elementos solicitados no aspecto.
- 2 – Abordou corretamente apenas dois dos elementos solicitados no aspecto.
- 3 – Abordou corretamente os três elementos solicitados no aspecto.

2.4

- 0 – Não abordou o aspecto.
- 1 – Abordou corretamente o aspecto.

CONCURSO PÚBLICO

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ (SEFAZ/CE)

CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

APLICAÇÃO: 15/8/2021

PADRÃO DE RESPOSTA

Distorções no cálculo do custo de um produto em decorrência da existência de custos indiretos no processo produtivo são comuns em razão da própria natureza dos referidos custos. Alguns autores chegam a afirmar que tal cálculo estará sempre sujeito a algum nível de subjetividade e(ou) arbitrariedade. De fato, como não existe uma relação direta entre o produto e os custos indiretos, o processo de alocação desses custos aos produtos dependerá da escolha de um critério de rateio, que geralmente não consegue expressar com precisão a real participação do produto na composição dos referidos custos. Provavelmente, esse foi o problema pelo qual estava passando a equipe de custos da Cia. Delta, problema que pode ter assumido maiores proporções em razão da relevância da participação desses custos nos custos totais de produção. Outros agravantes poderiam ser a própria inabilidade da empresa na escolha de critérios de rateio adequados e a sua incapacidade de investir em sistemas de medição, ou em métodos e ações alternativos, capazes de minimizar as distorções provocadas pelo processo de alocação desses custos aos produtos.

A questão é que o método do custeio por absorção, tradicionalmente usado pelas empresas, requer que todos os gastos realizados no processo produtivo sejam alocados aos produtos. Nesse sentido, os custos indiretos deverão sempre compor o custo dos produtos, o que se dará por meio da utilização de critérios de rateio, já que não existe uma relação direta entre os referidos custos e os seus respectivos objetos de custeio. Em determinadas circunstâncias, não existe, ou seria muito dispendioso adquirir ou alugar, um instrumento de medição capaz de traduzir a relação existente entre o recurso consumido e o produto que se deseja mensurar. Como consequência da diversidade dos critérios de rateio disponíveis, a apropriação dos custos indiretos aos produtos pode importar que o mesmo produto apresente custos com valores bem distintos, a depender do critério de rateio utilizado.

Conclui-se que o problema relatado pelo pessoal da área de custos da Cia. Delta está certamente relacionado a essa dificuldade de alocação dos custos indiretos aos produtos. Nesse sentido, algumas recomendações são apresentadas por autores da área, para minimizar os efeitos danosos desse processo, tais como:

- o rateio deve ser feito seguindo-se critérios considerados mais adequados para representar a relação entre os custos indiretos e os produtos;
- critérios considerados bons em uma empresa podem não ser adequados em outra, em razão das próprias características do processo produtivo de cada uma delas;
- recomenda-se que os profissionais responsáveis pelo rateio conheçam bem o processo produtivo;
- a consistência da aplicação dos critérios é essencial para uma avaliação do comportamento dos custos dos produtos ao longo do tempo.

Outras formas de melhorar a acurácia do cálculo dos custos dos produtos, que não passam pela subjetividade e arbitrariedade do rateio, seriam:

- converter, o máximo possível, alguns custos indiretos em custos diretos. Exemplos: um produto passará a ser fabricado por uma equipe exclusiva de operários (o custo de mão de obra passará a ser direto); uma máquina passará a ser utilizada exclusivamente para a fabricação de um único produto (a depreciação da máquina passará a ser um custo direto); alguns setores da fábrica serão utilizados exclusivamente na fabricação de um único produto (o aluguel proporcional a tais setores passará a ser um custo direto);
- sempre que a relação custo-benefício for favorável, indica-se a instalação de instrumentos de medição que permitam identificar o consumo do insumo por cada um dos produtos. Exemplos: instalação de hidrômetros para medição individual do consumo de água nos vários setores da fábrica dedicados à produção de um produto específico; registro do tempo que cada produto passou em uma máquina utilizada para a fabricação de produtos distintos;
- utilizar a departamentalização como instrumento capaz de transformar custos indiretos em relação aos produtos em custos diretos em relação aos departamentos.

Quando se constata que a alocação dos custos indiretos aos produtos está provocando distorções relevantes no cálculo dos custos unitários dos referidos produtos ou quando se busca maior precisão na escolha dos produtos mais rentáveis, sugere-se a utilização do custeio variável como método alternativo ao custeio por absorção para o cálculo do resultado proporcionado por cada um desses produtos. Nesse caso, o conceito de resultado gerado por cada produto passa a ser utilizado sob a ótica do

conceito de margem de contribuição, em que somente serão considerados custos dos produtos aqueles insumos que de fato lhes podem ser creditados e cuja medição pode ocorrer de forma direta. Esses insumos são os chamados custos variáveis. Assim, se um custo aumenta quando a produção de um item específico aumenta, isso significa que tal custo de fato foi provocado pelo produto. Custos fixos, que são alheios ao comportamento do volume de produção, não são contemplados no cálculo da margem de contribuição. Vale ressaltar que, no conceito mais amplo de margem de contribuição, as despesas variáveis são também deduzidas da receita para fins de cálculo do resultado proporcionado por cada produto.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

0 – Não descreveu nenhum dos fatores que poderiam estar provocando as distorções no cálculo do custo unitário dos produtos fabricados pela Cia. Delta nem apresentou nenhuma sugestão adequada a ser seguida pela empresa quando da execução do processo identificado como crítico.

1 – Descreveu um fator que poderia estar provocando as distorções no cálculo do custo unitário dos produtos fabricados pela Cia. Delta, mas não apresentou nenhuma sugestão adequada a ser seguida pela empresa quando da execução do processo identificado como crítico; ou apresentou pelo menos uma sugestão a ser seguida pela empresa quando da execução do processo identificado como crítico, mas não descreveu nenhum dos fatores que poderiam estar provocando as distorções no cálculo do custo unitário dos produtos fabricados pela Cia. Delta.

2 – Descreveu mais de um fator que poderia estar provocando as distorções no cálculo do custo unitário dos produtos fabricados pela Cia. Delta, mas não apresentou nenhuma sugestão adequada a ser seguida pela empresa quando da execução do processo identificado como crítico.

3 – Descreveu mais de um fator que poderia estar provocando as distorções no cálculo do custo unitário dos produtos fabricados pela Cia. Delta e mencionou pelo menos uma sugestão adequada a ser seguida pela empresa quando da execução do processo identificado como crítico, mas não explicou a sugestão ou cometeu equívocos na sua abordagem.

4 – Descreveu mais de um fator que poderia estar provocando as distorções no cálculo do custo unitário dos produtos fabricados pela Cia. Delta e apresentou, sem nenhuma inconsistência, pelo menos uma sugestão adequada a ser seguida pela empresa quando da execução do processo identificado como crítico.

Quesito 2.2.1

1 – Não apresentou nenhum procedimento alternativo adequado com vistas a melhorar o processo de alocação dos custos aos produtos.

2 – Mencionou um ou mais procedimentos alternativos adequados com vistas a melhorar o processo de alocação dos custos aos produtos, mas não o(s) explicou.

3 – Apresentou, com a devida explicação, apenas um procedimento alternativo adequado com vistas a melhorar o processo de alocação dos custos aos produtos.

4 – Apresentou, com a devida explicação, mais de um procedimento alternativo adequado com vistas a melhorar o processo de alocação dos custos aos produtos.

Quesito 2.2.2

0 – Não citou nenhum exemplo adequado de como a empresa poderia converter custos indiretos em diretos.

1 – Citou apenas um exemplo adequado de como a empresa poderia converter custos indiretos em diretos.

2 – Citou mais de um exemplo adequado de como a empresa poderia converter custos indiretos em diretos.

Quesito 2.3

0 – Não indicou o método alternativo de custeio nem apresentou a sua descrição.

1 – Apenas indicou o método alternativo de custeio, sem apresentar corretamente a sua descrição e sem explicar a sua adequação ao caso.

2 – Indicou e descreveu corretamente o método alternativo de custos, mas não explicou como esse método é capaz de melhorar o processo crítico da empresa; ou indicou o método alternativo de custos e explicou como ele é capaz de melhorar o processo crítico da empresa, mas não o descreveu corretamente.

3 – Indicou e descreveu corretamente o método alternativo de custos, bem como explicou como esse método é capaz de melhorar o processo crítico da empresa.